

LAZER EM ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS: AS VIVÊNCIAS NA PRAÇA BATISTA CAMPOS EM BELÉM – PARÁ¹

Mirleide Chaar Bahia²

Universidade Federal do Pará – Campus Castanhal
Belém – Pará – Brasil

Silvio Lima Figueiredo³

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará
Belém – Pará – Brasil

RESUMO: Trata-se de recorte de pesquisa doutoral, cujo objetivo foi analisar as vivências de lazer e sua intermediação nas relações socioambientais em Áreas Verdes Públicas Urbanas. A pesquisa foi qualitativa e baseada em estudos exploratórios, com levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo (observação simples e entrevistas não diretas). O caminho teórico-metodológico seguiu as propostas de Bourdieu (campo e *habitus*) e outras teorias dos estudos do lazer. Na praça, percebeu-se que existem diversas formas de relações e as vivências são o *habitus* construído a partir de toda essa gama de conhecimentos adquiridos nas relações socioambientais durante a vida desses usuários.

Palavras-chave: Lazer. Áreas Verdes Públicas Urbanas. Relações Socioambientais.

LEISURE IN PUBLIC URBAN GREEN AREAS: EXPERIENCES AT BATISTA CAMPOS SQUARE IN BELÉM – PARÁ

SUMMARY: This is an excerpt from a doctoral research and the intent of the same was the analysis of the socio-environmental relations experiences related to pleasure and intermediation in Urban Public Green Areas. The research was based on qualitative and exploratory studies with bibliographical, documentary analysis and field survey (simple observation and non-directive interviews). The theoretical and methodological approach was conducted according to Bourdieu (field and *habitus*) proposals and other leisure studies theories. It was noticed that there are various forms of relationships and experiences are related to *habitus* acquired from a whole range of knowledge perceived in environmental relationships during the life of those users.

Keywords: Leisure. Urban Public Green Areas. Social and Environmental relations.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq.

² Professora Doutora da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará – Campus Castanhal – Brasil; Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Turismo, Cultura e Meio Ambiente, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA.

³ Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Mestrado e Doutorado), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – Brasil. Doutor em Comunicação; Realizou estágio pós-doutoral em Sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

EL OCIO EN ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS: VIVENCIAS EN LA PLAZA BATISTA CAMPOS EN BELÉM – PARÁ

RESUMEN: Este artículo forma parte de tesis doctoral cuyo objetivo fue analizar las vivencias de ocio y su intermediación en las relaciones socioambientales del Áreas Verdes Públicas Urbanas. El estudio consistió en una investigación de carácter cualitativo, con base en estudios exploratorios, levantamiento bibliográfico, análisis documental y estudio de campo (observación simple y entrevistas no dirigidas). El trazado teórico-metodológico siguió las propuestas de Bourdieu (campo y *habitus*) y otras teorías de los Estudios sobre ocio. En la plaza se observó que existen diversas formas de relaciones y que las vivencias representan el *habitus* construido a partir de toda una gama de conocimientos adquiridos en las relaciones socioambientales durante la vida de los usuarios.

Palabras-clave: Ocio. Áreas Verdes Públicas Urbanas. Relaciones Socioambientales.

Introdução

As relações socioambientais nas novas configurações das cidades pós-modernas passaram a sofrer intensas modificações, gerando preocupações quanto ao modelo produtivo que lhes dão sustentação, ocasionando significativos problemas à vida das pessoas no ambiente urbano.

O lazer, ao assumir um aspecto educativo para além de práticas relacionadas aos padrões de consumo, pode ser um dos elementos capazes de contribuir para uma certa inversão dessa lógica. Mas para que isso ocorra é preciso compreendê-lo não como um instrumento de dominação e de alienação, que impede a visão crítica das pessoas e camufla a realidade e os conflitos sociais existentes na sociedade, e sim como uma perspectiva de outras vivências modificadoras de valores, de atitudes e de exercício de liberdade, podendo suscitar uma *práxis* conectada com relações socioambientais mais qualificadas, podendo funcionar como um “repensar” da vida na cidade e sinalizar elementos para o direito à cidade e à natureza.

Considera-se, portanto, que as vivências de lazer em áreas verdes podem possibilitar comportamentos de contestação do *status quo*, de mudanças de atitudes cotidianas, de configurações de emancipação humana e de transformação de alguns desses valores, minimizando a ruptura ser humano-natureza nas cidades.

Neste recorte de pesquisa doutoral, cujo objetivo foi analisar as vivências de lazer e sua intermediação nas relações socioambientais em Áreas Verdes Públicas Urbanas (AVPU) de Belém - Pará, são apresentados os resultados referentes às vivências de lazer na Praça Batista Campos, no sentido de dar aporte ao entendimento das vivências de lazer nessas áreas.

Poder simbólico, práticas e vivências

A compreensão das vivências de lazer levou em consideração o conceito de AVPU, entendidas como um tipo de espaço livre, de apropriação pública por excelência, geralmente gerenciadas pelo poder público, localizadas em áreas urbanas ao ar livre (se contrapondo às áreas edificadas), onde há predominância de vegetação arbórea e solo com pouca ou nenhuma impermeabilização. Estas possuem configurações ecológicas, estéticas e de lazer e são destinadas ao uso público da população da cidade para descanso, passeio e práticas corporais diversificadas, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação, sendo algumas mais livres e outras com certo controle de uso.

Esse conceito amplia a discussão de Áreas de Preservação Permanente Urbanas (APPs), quando considera as áreas verdes integradas ao cotidiano da cidade, conformando a urbes numa relação na qual fazem parte o uso integrado dessas áreas verdes e a perspectiva simbólica dessa relação, entendendo o movimento de ruptura dessas duas dimensões e o movimento de reencontro conflitivo e consensual. As AVPU englobam praças arborizadas, jardins públicos, parques urbanos, hortos urbanos, jardins botânicos, jardins zoológicos, áreas com arborização urbana (canteiros centrais de avenidas, trevos de vias públicas e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas), faixas de ligação entre áreas verdes e as mesmas APPs Urbanas, redimensionando seu caráter e função pública. Os jardins e quintais arborizados não se enquadram como públicos, no entanto em algumas regiões do país ainda são importantes na composição da dimensão do natural no urbano (BAHIA, 2012).

Esta pesquisa se utilizou, principalmente, de aportes teóricos de Pierre Bourdieu (1972, 1983a, 1983b, 2007), no que se refere aos conceitos de campo social e de *habitus*. Para compreender o significado de um campo social, Bourdieu (1983a) o descreve como sendo um espaço estruturado de posições, onde se estabelecem as lutas entre os agentes sociais (termo utilizado pelo autor para se referir aos indivíduos) em torno de interesses específicos, que caracterizam a área em questão. "Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotados de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc." (BOURDIEU, 1983b, p. 89).

Essas relações de poder (simbólico) e de lutas permanentes que ocorrem no interior de um campo específico estruturam-se a partir de uma distribuição desigual de capitais específicos diferentes (social, econômico, ecológico, político, cultural, entre outros), que determinam a posição que o agente ocupa nesse campo e que visam à conservação ou a transformação das relações de forças ali presentes, sendo, portanto, um lugar de mudanças permanentes.

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico (BOURDIEU, 1983a, p. 90).

Bourdieu (1983a) chama atenção para a indissociabilidade da relação entre os campos e o *habitus*. O *habitus* é um modo de agir aprendido pelo agente na sua inserção em determinado campo, ou seja, é um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo de sua vida, os quais permitem que possa perceber e agir num determinado universo social. Portanto, as “estruturas” (os jogos, as nuances, as disputas) desse campo em que está inserido são importantes na formação de seu *habitus*, porém, a ação dos agentes não é completamente determinada por tais estruturas.

Nessa perspectiva, dentro de um campo, o agente social determina seus posicionamentos espaciais nessa disputa, a partir de seu *habitus*, necessitando compreender as regras do jogo dentro desse campo social. O indivíduo encontra-se situado em um universo social particular, mas o universo social também se encontra inscrito nele. Pode-se dizer, portanto, que o *habitus* passa a ser, desta forma, uma subjetividade socializada. Para compreender melhor no que se caracterizaria esse *habitus*, Bourdieu o define como: Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptada a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (BOURDIEU, 2007, p. xi).

O *habitus* começa a ser formado desde o início da vida do indivíduo, independentemente do meio social em que está situado, considerando a bagagem cultural e os costumes que estão inseridos, que são transmitidos pela família e adquiridos pelos agentes, sendo por meio do *habitus* que os sujeitos se diferenciam de outros indivíduos, de acordo com as estruturas e possibilidades que possui, na estrutura social (BOURDIEU, 1972). Deste modo, o *habitus* se configura no reflexo das influências sofridas pelo meio social ao qual o agente está inserido, mesmo quando estas não são percebidas. Tende a reproduzir as formas como foi incorporado pelo sujeito durante sua vida, por meio de experiências adquiridas em seu meio social.

O *habitus* está intrinsecamente ligado às escolhas e às ações desempenhadas pelos agentes, as quais refletem suas posições sociais e refletem um padrão comportamental típico da classe social em que está inserido, que são percebidos por meio de seus gostos, suas escolhas, suas preferências e seus interesses. Com isso, pode-se dizer que as preferências pelas práticas de lazer estão relacionadas às posições sociais ocupadas pelos indivíduos em cada sociedade. Mas essa noção não remete apenas a um conhecimento adquirido, mas também a um capital.

Em cada campo há um “jogo específico”, com disputas de forças e de poder (simbólico) e os agentes (indivíduos) que passam a fazer parte deste jogo precisam possuir um mínimo de capital específico (artístico, científico, ecológico, esportivo, de lazer, entre outros) para se manterem no jogo de um determinado campo, e possam, em virtude de suas jogadas, acumular mais capital específico. Quanto mais capital específico acumulado, maiores são as possibilidades de dominar o jogo. No entanto, vale lembrar que há um movimento dinâmico das relações entre campo, *habitus* e capitais e, portanto, não há posição definitiva, em função da movimentação dos agentes que estão dentro e fora desses campos.

É importante destacar que, mesmo estando em grupos diferenciados de atuação e de interesses, todos os agentes presentes neste campo estão interligados, por meio de suas relações e dos efeitos que suas ações acarretam sobre a estrutura do campo e sobre o próprio lazer e o meio ambiente. Também fazem parte desse campo outros agentes, que estão relacionados a este de forma indireta, e que não serão detalhados aqui, por opção de recorte da pesquisa.

O poder público está representado pelas políticas públicas e o planejamento de lazer, traduzidas em planos, programas, projetos e relatórios. Os Animadores Socioculturais, estão aqui representados por profissionais (técnicos, estagiários, monitores voluntários, graduados, pós-graduados) com formação em diversas áreas de conhecimento (educação física, pedagogia, turismo, biologia, gestão ambiental, dentre outras) que participam de programas, projetos e ações na Praça Batista Campos. Os Usuários estão representados por pessoas que utilizam as três áreas observadas nesse estudo e que possuem características distintas, conforme as vivências que realizam e as razões por buscar esses lugares para a sua realização. O setor privado está representado por empresas de turismo (ecoturismo, turismo de aventura); academias de múltiplas práticas corporais e clubes, as quais possuem como foco de atuação a venda de produtos de lazer. O terceiro setor está representado por Associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que tenham atuação diretamente relacionada às três áreas do estudo e às práticas de lazer que acontecem nestas áreas.

As vivências de lazer na praça

Belém é uma cidade da Amazônia brasileira fundada em 1616 pelos portugueses e que passou por diversas configurações, inclusive teve suas principais características modernas de produção do espaço relacionadas à exploração da Borracha (produto da seringueira – *Hevea brasiliensis*).

O processo de modernização aconteceu a partir da segunda metade do século XIX, em função do enriquecimento de certos setores sociais da região com a produção da borracha, a partir de 1840, como parte do processo de inserção da Amazônia na economia mundial, transformando a paisagem urbana aos moldes de cidades europeias, com destaque para o período da administração do Intendente Antônio José de Lemos, de 1897 a 1910. Esses processos conformaram as práticas de lazer e da relação com a natureza, evidenciadas em Bahia & Figueiredo (2013a), com o movimento de integração com a natureza por meio do lazer, ruptura no processo de urbanização e reaproximação na configuração de áreas verdes criadas especificamente para a prática do lazer em áreas naturais.

Atualmente Belém se caracteriza como uma metrópole com aproximadamente um milhão e meio de habitantes e com os problemas e desigualdades característicos das cidades brasileiras.

A Praça Batista Campos foi criada em 1884, chamada de Praça Sergipe (ou Largo de Sergipe), sendo constituída por um espaço aberto e descampado em forma de largo, algumas mangueiras, um canteiro central com alguns bancos e um chafariz. Em 1901, período de gestão de Antônio Lemos, foram iniciadas as obras de reurbanização e (re)construção da praça Sergipe, sendo (re)inaugurada em 14 de fevereiro de 1904, com o nome de Parque de Baptista Campos ou Praça Batista Campos (BAHIA & FIGUEIREDO, 2012).

Nesse período, as praças não eram lugares públicos de lazer criados para a frequência do povo, mas espaços para se demonstrar o *status* burguês e como relata Sarges (2010), serviam para ver e ser visto, sendo este o novo *hobby* da elite. A praça se transformou num lugar onde, por meio da observação do vestuário de seus visitantes, era possível identificar a que classe cada um pertencia, distinguindo gente do povo e burgueses.

Em períodos mais recentes, já foram realizadas várias reformas e revitalizações na praça e em uma delas, os calçadões que a rodeiam foram revestidos de pedras portuguesas, com motivos marajoaras (ANDRADE, 2004).

De acordo com o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Governo do Estado do Pará, a Praça Batista Campos foi tombada em 1983, com base na Lei nº 4855, de 3 de setembro de 1979, conforme registro no livro de bens imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, rural e paisagístico (Diário Oficial de 9 de agosto de 1983) (BAHIA, 2012).

Desde 1997, existe a Associação dos Amigos da Praça Batista Campos (AAPBC), criada pelos próprios moradores do entorno e frequentadores da praça, com o objetivo de fiscalizar o espaço e intervir junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) no sentido de cobrar ações do poder público para a preservação da praça.

As vivências de lazer de usuários das AVPU, como a praça Batista Campos, são componentes importantes para se verificar como estas estão intermediando as relações socioambientais, e se isso sinaliza elementos para o direito à cidade e à natureza em Belém. Essas vivências foram observadas e analisadas na praça, tentando demonstrar de que forma os usuários utilizam essas áreas e o que fazem e buscam nelas.

Na concepção de alguns usuários, suas vivências possuem significados diretamente interligados à possibilidade do acesso e do uso de um local onde ainda se possa ter contato direto com a natureza, um convívio coletivo e uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida, pois compreendem o valor do uso público de tais lugares.

Há uma nítida referência de que os usuários dessas áreas percebem as transformações que ocorreram na cidade e em suas vidas, em função de diversos fatores, como, por exemplo, o processo de urbanização e a própria dinâmica que os afastou de um maior convívio social e de uma aproximação com a natureza. Estes fazem algumas referências sobre suas infâncias vividas no interior ou mesmo aos quintais existentes em suas casas.

O “usuário de lazer” realiza vivências livres, tanto com organização própria, quanto com organização vinculada a programas institucionalizados e com a existência de animadores socioculturais. Estes se caracterizam por serem usuários das áreas verdes, representados por moradores da cidade, que frequentam as mesmas com certa regularidade e com objetivos próprios de lazer.

A praça Batista Campos comporta práticas sociais diversas, que geralmente são realizadas de forma livre por seus frequentadores, como, por exemplo, contemplação, caminhadas, corridas, alongamento, prática de ciclismo, prática de skate, brincadeiras de crianças, uso dos brinquedos públicos da praça, uso de brinquedos particulares, dentre outros. Algumas práticas são fomentadas pelas (poucas) políticas públicas de lazer, esporte, cultura e turismo oriundas de órgãos diversos da prefeitura de Belém e do governo do Estado do Pará (BAHIA & FIGUEIREDO 2013a, 2013b).

Apesar dos dados demonstrarem a presença de usuários de bairros mais distantes, há uma predominância de pessoas que residem em bairros mais próximos à praça. Além da presença dos moradores do bairro de Batista Campos, considerado um bairro “de elite” da cidade, há também a presença de moradores de bairros que fazem limites com a área, os quais são considerados bairros de classes mais baixas, como, por exemplo, os bairros do Jurunas, Condor, Cremação e Guamá. Nesses bairros há uma

carência de infraestrutura de serviços e equipamentos de lazer, fazendo com que seus moradores utilizem a praça para seus momentos de lazer, principalmente pela maior facilidade de acesso. Isso configura a praça como um produto de relações diversas, de grupos diversos e com práticas diversas e por vezes conflitivas.

A ausência de locais com infraestrutura essencial para a vivência de lazer das pessoas em bairros periféricos da cidade acaba por obrigar o deslocamento das mesmas de seus locais de moradia. Além da necessidade de ter recursos financeiros para o deslocamento com suas famílias, estas dependem de uma infraestrutura de transporte público, além de precisarem dispor de mais tempo para tal deslocamento.

Todos esses fatores interferem na qualidade do lazer, pois, ainda que consigam ter acesso a esses lugares, o tempo de vivência se torna limitado ao tempo de deslocamento dessas pessoas. Talvez esse fato seja um reflexo do que Jacobs (2000) aponta como uma necessidade de se ter parques de bairros (as praças estão incluídas nessa categoria), os quais devem estar situados bem próximo onde se concentram diferentes modos de vida, de atividades, de “pulsação” dos bairros.

Descrever a dinâmica da praça é relacionar uma multiplicidade de vivências, as quais vão se modificando ao longo do dia e da noite, e que também podem acontecer simultaneamente.

Durante a semana, logo nas primeiras horas da manhã, é possível se visualizar pessoas iniciando vivências corporais diversas (caminhada, corrida, alongamento, ginástica nos aparelhos); na sequência, percebe-se a chegada de algumas mães com seus bebês nos carrinhos para um passeio aos primeiros raios de sol; também chegam outras crianças maiores para brincar nos brinquedos existentes na própria praça; um pouco mais tarde, alunos de escolas próximas se reúnem nos bancos e coretos para conversar e casais costumam utilizar esse espaço para namorar.

Nos fins de semana, há uma movimentação mais intensa, pois além das vivências já citadas, há também a realização de atividades lúdicas, tanto de forma livre no espaço e nos brinquedos da praça, quanto em brinquedos alugados (carrinhos, bicicletas, charretes etc.) ou com brinquedos (bicicletas, velocípedes etc.) trazidos pelas crianças acompanhadas de suas famílias. Outros tipos de vivências foram identificadas como, por exemplo, o descanso antes e depois do trabalho e a leitura, mas percebe-se que a referência à contemplação da natureza aparece como um elemento importante na percepção de alguns usuários.

A referência à busca pelo silêncio, pela paz interior e por Deus, mencionada por esses usuários da praça reflete um olhar interligado a um relativo romantismo, provocado especialmente pela aproximação com a natureza, o que se transforma quase em um ato religioso. De acordo com Neiman, Mendonça e Schlindwein (2008), este fato revela a existência de um campo mitificado que funciona, muitas vezes, como válvula de escape e de compensação à vida complicada da cidade. Uma lógica que, algumas vezes, acaba por sacralizar a natureza. Estudos de Bruhns e Marinho (2012) revelam que nas

vivências em lugares que aproximam ser humano e natureza, existem alguns rituais que funcionam como uma espécie de exercício dos sentidos ou uma conexão com o ambiente, a fim de aguçar a percepção de sons, que, em geral, não se percebe claramente no meio urbano.

Paradoxalmente ao fato da praça ser localizada entre ruas movimentadas, com trânsito tumultuado e barulhento, alguns conseguem realizar essa espécie de ritual do silêncio.

Para Neiman, Mendonça e Schindwein (2008, p. 116), cada experiência individual carrega uma percepção, sob o ponto de vista psicológico, a partir de processos cognitivos apreendidos, muitas vezes carregados de “reflexos e impressões fugazes, tanto no ambiente físico e social, como no imaginário”, fazendo com que as pessoas vivenciem alguns ambientes e criem certas fantasias sobre os mesmos.

Para Takahashi (1998), a vivência de lazer em áreas verdes é uma experiência psicológica, cuja qualidade pode estar diretamente interligada à dependência das expectativas dos usuários em relação a essas áreas. Essa pesquisadora realiza estudos que analisam, prioritariamente, o uso público em unidades de conservação. No entanto, entende-se que suas análises também podem ser aplicadas às Áreas Verdes Públicas Urbanas.

Os sentidos psicológicos positivos não são unânimes aos usuários de lazer da praça. Há relatos onde se verifica que alguns destes utilizam a praça por falta de opções de acesso a outras áreas verdes na cidade, e suas expectativas não são totalmente atendidas, principalmente pelo desejo de existirem outros lugares com menos “interferências”, tanto no que se refere à proximidade da poluição, quanto sobre o incômodo de se ter grande circulação de pessoas na praça.

Alguns estudos realizados por Manning (2010) apontam o incômodo ou impacto negativo psicológico recíproco de usuários de áreas verdes que realizam atividades diferentes entre si, como, por exemplo, o incômodo daqueles que caminham, com a presença de usuários que praticam outras atividades nessas áreas.

Na verdade, algumas práticas urbanas e comportamentos de alguns usuários demonstram uma forte tendência ao que Serpa (2009, p. 36) nomeia de um processo de territorialização do espaço, onde os próprios usuários tentam privatizar aquele espaço público “[...] através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos”.

De certa forma, esses comportamentos resultam na diminuição da acessibilidade, com uma limitação e um controle exercido simbolicamente. Serpa (2009, p. 36) alerta que esses usuários acabam contribuindo assim para “a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa”.

Entretanto, a dinâmica da praça revela movimentos e estratégias que se contrapõem a essas lógicas. Em pesquisa de Dias (2008), que trata sobre as manifestações múltiplas do cotidiano da praça, este revela que a mesma comporta uma dialética de conteúdos, com múltiplos usos e uma diversidade de apropriações de grupos e de classes sociais que, muitas vezes, transgride aos ordenamentos públicos e/ou privados do lugar, como deve ser um espaço público, concretamente.

De forma geral, existem muitas referências dos usuários sobre suas experiências anteriores na natureza, o que remete a uma aproximação com algumas concepções que Serpa (2009, p. 120) denomina como uma divisão entre o “mal urbano” e o “rural belo e natural”, existindo uma nítida dicotomia de “campo *versus* cidade”, em função de algumas pessoas ainda considerarem as áreas rurais como “natureza” e em contradição com os espaços urbanos.

Em contrapartida, essa construção de vivências individuais referentes à natureza, esses significados simbólicos impressos em tais experiências podem indicar uma tendência dessas pessoas de buscar e apreciar lugares semelhantes àqueles visitados e vivenciados em períodos anteriores de suas vidas, atualmente situados como Áreas Verdes Públicas Urbanas, que sob a ótica de Bourdieu (1983b), poderia se traduzir em uma capacidade de apreciar e diferenciar algumas práticas e objetos específicos, um determinado gosto, originando um conjunto de conhecimentos e estilos de vida, um *habitus*.

Esse conjunto de conhecimentos práticos, adquiridos por meio das vivências, é demonstrado nas falas de muitos usuários. Em alguns depoimentos a noção de natureza é baseada em valores produtivos, tendo o uso consumista ou compensatório das áreas.

Também houve depoimentos de alguns usuários, que demonstraram uma certa nostalgia e romantismo pela natureza perdida da cidade, com uma concepção um pouco voltada à sacralização desta, mas também com a demonstração da fragilidade que se impôs na relação sociedade-natureza.

No entanto, em grande parte dos depoimentos de usuários da Praça Batista Campos houve a demonstração e a verbalização de que estes a percebem como um elemento de fundamental importância, não apenas em função das questões mais amplas de preservação, fundadas em teorias que defendam a sobrevivência da natureza e do planeta, mas como uma necessidade bio-psico-social em suas vidas cotidianas, na relação com a cidade urbanizada.

As vivências de lazer desses indivíduos acabam por convergir num determinado capital social acumulado sobre suas relações com essas áreas verdes, alicerçando a formação de sua relação socioambiental específica (suas escolhas e gostos na relação ser humano-natureza), ou seja, de seu *habitus*, entendido como um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo de sua vida, os quais permitem que possam perceber e agir num determinado universo social (BOURDIEU, 1983b).

Evidencia-se, portanto, que as vivências tratadas neste estudo são o *habitus* construído a partir de toda essa gama de conhecimentos adquiridos nas suas relações socioambientais durante a vida desses usuários, passando a incorporar esse sentido de práticas sociais estruturais e individuais. As vivências de lazer na Praça Batista Campos informam a diversidade de usos e de práticas, dando assim uma certa configuração de um espaço que na verdade é um espaço simbólico.

Conclusões

As vivências de lazer representam o homem moderno na cidade, e de uma forma diferente de como acontecia em séculos passados, antes do processo de industrialização e urbanização, onde estas eram vividas cotidianamente sem rupturas tempo de trabalho-tempo de lazer. Esta ruptura se dá quando se rompe também os locais dessas vivências de lazer, e esses locais específicos são representados por espaços que possam proporcioná-las e, também, possam proporcionar uma relação mais próxima com a natureza, porque nesse processo também se rompe uma vida quase unificada entre homem e natureza. Com isso, institucionalizam-se espaços específicos, os quais possam propiciar um movimento de reaproximação com a natureza, como, por exemplo, as Áreas Verdes Públicas Urbanas (praças, parques, bosques etc.).

Foi possível observar que há o reconhecimento da existência do lazer institucionalizado, já que na sociedade moderna o espaço e o tempo nas grandes metrópoles passam a adquirir esse caráter, ou seja, agora há um espaço (como, por exemplo, as Áreas Verdes Públicas Urbanas) e um tempo específico para se desfrutar das experiências de lazer.

Mas, também fica evidente que o cidadão vivencia o lazer como prática livre e como necessidade humana, muitas vezes utilizando-se deste como intermediador de suas relações com a natureza.

Os visitantes usuários da Praça Batista Campos, em sua maioria, demonstraram uma gama de vivências e de conhecimentos acumulados no decorrer de suas vidas sobre esse tipo de lugar, estabelecendo um tipo específico de relação com a natureza.

Esse capital acumulado alicerça as formas de relações estabelecidas com a natureza, ou seja, de seu *habitus*, e há uma nítida demonstração de que alguns desses cidadãos relacionam isso às suas vivências de lazer em áreas verdes. Nesse sentido, percebeu-se que existem diversas formas de relações nessas áreas e um lazer de qualidade poderia melhorar tais relações.

É preciso reconhecer também que a cidade não é apenas um espaço organizado e instituído, conforme as racionalidades técnico-instrumentais pretendem estabelecer (análises técnicas e matemáticas, de cálculos bem definidos). Esta adquire características de uma obra de arte, com seu espaço modelado, conforme interesses, exigências, éticas, estéticas e ideologias dos diversos grupos. O lazer faz parte desse

sistema, e seu sentido é produzido nas práticas-vivências, unidades de representação importantes na caracterização da vida urbana e por meio dele, a praça Batista Campos é encontro e confronto em espaço, justaposição de tempos e de símbolos, revertidos em práticas e vivências próprias das arenas simbólicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paulo de Tarso. **Belém e suas histórias de Veneza Paraense a Belle Époque**. 2. ed., rev. Belém: [s. n.], 2004. 184 p.

BAHIA, Mirleide C. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará**. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BAHIA, Mirleide; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Urbanização e dinâmica do lazer em Belém, Pará. In: ALMEIDA, O.; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE JÚNIOR, S.C. (Orgs.). **Desenvolvimento & Sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012. p. 341-355.

_____. Políticas públicas de lazer em Belém e abordagens intersetoriais. In: AZEVEDO, F.; FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W.; MARANHÃO, C. (Orgs.). **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013a. p. 248-268.

_____. A construção social do lazer e sua trajetória científica. **Papers do NAEA**, v. 1, p. 1-18, 2013b.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1972.

_____. “Como é possível ser esportivo?” In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. Introdução, Organização e Seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRUHNS, Heloísa T.; MARINHO, Alcyane. Ritos e rituais nas viagens à natureza. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n.1, p.87-102, jan./abr. 2012.

DIAS, João Afonso M. **Espaços da singularidade**: manifestações múltiplas da cotidianidade da praça de Batista Campos, Belém-PA. 2008. 83 f. Monografia (Especialização) - Curso Internacional em Cidades na Amazônia: história, ambiente e culturas, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MANNING, Robert E. **Studies in outdoor recreation**: search and research for satisfaction. Corvallis: Oregon State University Press, 2010. Project MUSE. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Viviane M. de; SCHLINDWEIN, Marcelo N. Eu e a Brisa: reflexões sobre a experiência da viagem no turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.1, n.1, p.114-135, 2008.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010. 212 p.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

TAKAHASHI, Leide Y. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná**. 1998. 129 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

Endereço para correspondência

Travessa Angustura 1961/504. Belém – Pará – Brasil.

CEP: 66.080-180

E-mail: Mirleide Chaar Bahia: mirleidebahia@gmail.com

E-mail: Silvio de Lima Figueiredo: slima@ufpa.br

Recebido em:

18/02/2014

Aprovado em:

27/03/2014

